



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

GÊNERO E TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO NA CATEGORIA DISCENTE DO SERVIÇO SOCIAL

Karopy Ribeiro Noronha¹

Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca²

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo propor uma reflexão teórica acerca da categorização do perfil discente do Serviço Social, tendo como base a feminização do mundo do trabalho e suas implicações no quadro discente da categoria. Objetiva-se elucidar como as relações sociais de sexo influenciam na configuração do perfil discente, sendo reflexo do processo de inserção da profissão.

Palavras-chaves: Divisão sexual do trabalho; Categoria profissional; Serviço Social.

Abstract: The objective of this study is to propose a theoretical reflection on the categorization of the student profile of Social Work, based on the feminization of the world of work and its implications in the student context of the category. It aims to elucidate how the social relations of sex influence the configuration of the student profile, being a reflection of the process of insertion of the profession.

Keywords: Sexual division of labor; Professional category; Social Service.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo aprofundar os estudos sobre a relação da presença majoritária das mulheres estudantes no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e posteriormente no exercício da profissão, com o histórico conservador de inserção da profissão, trazendo para o centro da discussão a convergência da questão de gênero e da feminização da categoria. Busca-se através da análise da pesquisa “O Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Serviço Social da UFSM”³ e da revisão bibliográfica das produções do Serviço Social, desvelar como as questões de gênero influenciam no quadro discente da categoria.

Dessa maneira, a pesquisa visa contribuir na apreensão do que tange a organização social, com base na caracterização das relações sociais de sexo e posteriormente na divisão sócio sexual do trabalho, analisando seus impactos na reprodução das relações de sexo, tendo como objeto de análise a feminização da classe discente do Serviço Social brasileiro. Pretende-se por meio de uma revisão bibliográfica, com base procedimento de

¹ Estudante de Graduação, Universidade Federal de Santa Maria, E-mail: karopyr@gmail.com.

² Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Maria, E-mail: karopyr@gmail.com.

³ Pesquisa realizada no ano de 2017 na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

análise de conteúdo de Bardin (1977), baseado na pré-análise, exploração do material e o tratamento e interpretação das produções que abordam as temáticas da divisão sexual do trabalho e perfil da profissão, compreender como esses elementos envolvidos influenciam na feminização da ordem discente.

Nesse sentido, o trabalho busca fortalecer a produção de conhecimento vinculado a categoria profissional, pois compreende-se que a pesquisa investigativa atravessa todo o processo de formação, e contribui para a atuação do assistente social. Sendo a pesquisa investigativa e a produção de conhecimento instrumentos que contribuem para a análise da realidade social e posteriormente para o avanço da profissão do assistente social, torna-se essencial o movimento que busca através dessa perspectiva desenvolver o campo de conhecimento e intervenção do Serviço Social, como aponta Guerra (2009, p. 13),

a pesquisa para o Serviço Social fornece subsídios à análise do processo de produção e reprodução da vida social sob o capitalismo, no âmbito do qual o Serviço Social se situa, visando a instrumentalização do assistente para a elaboração de projetos de intervenção e para a intervenção propriamente dita.

O Serviço Social é marcado pela predominância feminina. Isso porque as ações e profissões voltadas para o cuidado foram historicamente delegadas às mulheres, pela compreensão de que estas seriam mais sensíveis às fragilidades humanas. Segundo Cisne (2012, p.45-46), “há uma vinculação histórica entre as mulheres a responsabilidade para com os problemas sociais, com a prática da caridade, com o equilíbrio e harmonias sociais, enfim, com a reprodução social voltada para o controle da classe trabalhadora.”.

O histórico de inserção da profissão não se configura com a realidade do trabalho exercido atualmente pelos assistentes sociais, porém a vinculação das mulheres ao cuidado e às questões sociais se expressa ainda hoje quando se analisa os lugares ocupados por mulheres no mercado de trabalho. Dados do último Censo de 2010 demonstram que as mulheres brasileiras estão em maior número na seção de atividades domésticas, atingindo a marca de (92,7%), sendo seguida pelas atividades na Educação (75,8) e da Saúde humana e serviços sociais (74,2%). Restringindo-se em grande parte a profissões vinculadas à esfera privada e ao cuidado.

Atualmente com a expansão das universidades, as mulheres acessam o ensino superior em busca de uma qualificação que garanta uma posição no mercado de trabalho. Por esse motivo existe um crescente no número de mulheres ocupando vagas nas universidades e posteriormente adentrando o mercado de trabalho. Segundo o Censo da Educação Superior de 2016, as mulheres são 57,2% dos estudantes de graduação. Já a pesquisa realizada no ano de 2017, na UFSM intitulada “O Perfil Socioeconômico das/os

Estudantes de Serviço Social da UFSM”, revela que 83% dos estudantes de Serviço Social da instituição são mulheres.

Com base nesse contexto, a pesquisa busca subsídios para apurar como as relações sociais de sexo, tidas como relações desiguais, hierarquizadas e naturalizadas, que são base fundante da divisão sócio sexual do trabalho, influenciam em uma feminização de profissões que historicamente foram ligadas ao cuidado, como o Serviço Social. Dessa maneira, pretende-se demonstrar que a presença significativa de mulheres estudantes no curso de Serviço Social da UFSM deve-se a uma feminização da profissão, que é oriunda do processo histórico de inserção da profissão e das mudanças no mundo do trabalho. Se constitui como objetivo central da pesquisa a análise das modificações do trabalho feminino

O Trabalho Feminino e o Capital.

O trabalho é a categoria fundante do ser social, e é através do trabalho que os indivíduos transformam a natureza e constituem as relações sociais. O primeiro pressuposto da existência humana é que os indivíduos estejam em condições plenas para fazer história. A coexistência do trabalho e das relações sociais tem por base uma sucessão de atos que constituem a história do ser social. São eles, a capacidade de produzir meios que possibilitem a satisfação das necessidades básicas, a produção de novas necessidades e a reprodução da vida. (MARX e ENGELS, 2007).

O último ato, depende de forma direta da constituição da família monogâmica. Segundo Passos (2016, p. 285), “[..] foi no contexto da sociedade capitalista que a família nuclear se estabeleceu e perpetuou-se, sendo-lhe atribuída um papel extremamente importante na reprodução dos valores criados.”. Evidentemente, o capital se utiliza dessa formulação de família para alimentar seu ciclo de reprodução, por meio da exploração das mulheres também na esfera produtiva.

De acordo com Nogueira (2004), é de interesses do capital constantemente diminuir os gastos com a reprodução da classe trabalhadora, sendo assim, o capital se apropria do trabalho feminino, o que acaba acarretando uma diminuição dos salários, afetando toda a classe trabalhadora. Por este motivo, a apropriação sobre o trabalho assalariado e o trabalho doméstico, viabiliza a reprodução do capital por meio da divisão sexual do trabalho.

Essa divisão afeta mais as mulheres, porque se antes elas eram responsáveis somente pelo trabalho doméstico, agora inseridas nas fábricas, elas constituem uma massa de trabalhadores baratas para o capital justamente pela execução das tarefas e cuidados em suas duplas jornadas de trabalho. (ibidem, 2004)

Segundo Ávila (2015, p. 19), pondera-se que:

A conformação desta divisão sexual do trabalho, elemento central das relações sociais de sexo/gênero, mostra que a nova ordem estabelecida a partir de interesses do capital reestruturou relações anteriores de dominação patriarcal entre homens e mulheres. Sendo assim, essas dinâmicas de estruturação da nova ordem do capital e a reestruturação do poder entre homens e mulheres são inextricáveis do processo histórico na formação da sociedade capitalista.

Percebe-se um crescente no número de mulheres no mercado de trabalho, desde a primeira Revolução Industrial, porém ao passo que este número cresce, nos deparamos com a precarização dos espaços de trabalho em que as mulheres se encontram. Atualmente, mesmo com os avanços, as mulheres são maioria exercendo trabalho doméstico não remunerado. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as mulheres são 16,6% exercendo o trabalho não remunerado, enquanto os homens representam apenas 6,6% executando o trabalho não-remunerado. Esse número expressivo de mulheres em trabalhos desvalorizados, precarizados e não-remunerados é um dos reflexos da feminização do mundo trabalho.

Segundo Nogueira (2004, p. 88)

as metamorfoses do mundo do trabalhos (dentre as quais supomos que a principal delas talvez seja a sua feminização) acabam sendo positivas uma vez que permitem construir e avançar o difícil processo de emancipação feminina, e desse modo minimizar as forças de dominação patriarcal no espaço doméstico. São também negativas, pois essas transformações vêm agravando significamente a precarização da mulher trabalhadora.

O Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada (IPEA) e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS), divulgaram dados recentes sobre a condição de trabalho e remuneração das mulheres no Brasil. Segundo a pesquisa, “o rendimento médio do brasileiro cresceu quase 50% [...] Os homens, no entanto, continuam ganhando mais do que as mulheres, e os homens brancos ganham ainda mais [...]”

Percebe-se que, por mais que exista um crescimento no rendimento do brasileiro, os homens ainda ganham mais que as mulheres mesmo exercendo as mesmas tarefas. Em contrapartida, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre a população com 25 anos ou mais que possui diploma de ensino superior, (23,5%) são mulheres, enquanto (20,7%) são homens. Nota-se que mesmo que as mulheres sejam a maioria no ensino superior e que atualmente sejam mais qualificadas, elas ainda enfrentam uma desvalorização dentro do mercado de trabalho.

Essa desvalorização não se justifica com o argumento de que elas seriam menos qualificadas, visto o que foi exposto anteriormente. É comum que o trabalho feminino seja desmerecido em função da própria condição de ser mulher, afinal, as mulheres engravidam, o que se coloca muitas vezes como empecilho para contratação, visto que já é sabido que as

responsabilidades acerca dos cuidados com os filhos são tarefas majoritariamente exercidas pelas mulheres.

Dito isso, é válida a reflexão sobre de que maneira, mesmo sendo mais qualificadas, as mulheres ainda ocupam lugares menos valorizados e tidos como uma extensão de sua vida privada dentro de suas “limitações”. A pesquisa “Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil” publicada no ano de 2018, revela que as mulheres ocupam apenas 39,1% dos cargos de gerência no Brasil, enquanto os homens ocupam 60,9%.

Cabe destacar que mesmo que as mulheres estejam em grande maioria em categorias profissionais consideradas femininas, como o caso da categoria do Serviço Social, os homens mesmo que em pequeno número, são recorrentemente mais lembrados. Isso se deve pela concepção arcaica de que o trabalho masculino tem mais valor quando comparado ao trabalho feminino, pelo fato de que os homens seriam mais fortes tanto fisicamente quanto psicologicamente em relação às mulheres, e por conseguinte mais inteligentes e capazes. Essa concepção ultrapassada cai por terra quando se analisa o quantitativo de produção de conhecimento científico no Brasil. Segundo o Observatório Ibero-americano de la Ciencia, la Tecnología y la Sociedad, 72% dos artigos produzidos no Brasil tem pelo menos uma mulher como autora. Portanto, mesmo com as significativas alterações no mundo do trabalho que possibilitaram a inserção das mulheres no mercado de trabalho, estas seguem envoltas um sistema que ainda às desvaloriza e explora, com o único objetivo de lucrar.

Relações Sociais de Sexo⁴ na Sociedade Capitalista.

Segundo Scott (1995, p.21), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. As relações entre os sexos se constroem com base nas estruturas de gênero, que se baseiam na diferenciação entre os sexos. Essa relação é fruto das construções sociais que implicam na definição de papéis, os quais devem ser assumidos por determinado sexo de maneira que contribuam para a reprodução e para o modelo de família patriarcal, e por conseguinte a reprodução do capital.

Dentro dessa perspectiva, as relações sociais de sexo devem ser pensadas de forma relacional, ou seja, os estudos de gênero não se esgotam nas análises do sexo feminino, por isso a análise inteiramente debruçada sobre o sexo feminino dá ênfase a dominação, mas não situa a relação de dependência dos sexos. É de suma importância analisar as

4

[...]o uso de relações [*rappports*] sociais de sexo, classe e *raça*/etnia deixa explícitas as contradições e conflitos entre grupos/classes de interesses antagônicos. Pois, ao tratar de relações sociais de sexo, tratamos de relações mais amplas que não se limitam as dimensões pessoais, individuais, mas que estão diretamente associadas às determinações macroestruturais. (CISNE, p. 62. 2014)

relações de gênero sob a ideia de reciprocidade dos sexos e sua codependência. (SCOTT, 1995)

Ao analisar como se dão as relações sociais de sexo é importante ressaltar a abordagem da categoria gênero. O gênero como categoria de análise possui diversas interpretações, fato este que sinaliza a importância de salientar que a perspectiva de gênero abordada nesta pesquisa é marxista, pois entende-se “[...] que o método materialista é o mais adequado para apreender o gênero, por desenvolver um movimento que, utilizando-se da totalidade e da história, desfetichizar e desnaturaliza os fenômenos sociais.” (SOUZA, 2014, p. 19).

Dessa maneira, se utiliza da expressão relações sociais de sexo ao invés de relações sociais de gênero, pois “[...] acreditamos que a adoção do conceito feminista francófono de ‘relações sociais de sexo’ corresponde mais diretamente à perspectiva teórico-política que buscamos empreender [...]: a marxista.” (CISNE, 2014, p. 111).

A análise materialista da categoria gênero, propõe-se a tratar das relações sociais de sexo como oriundas de dois sistemas de dominação, o patriarcado e o capitalismo. Entende-se que esses dois sistemas se desenvolvem de formas separadas, mas operam de maneira conjunta para garantir a reprodução plena do capital. Sendo assim, as relações recíprocas entre esses modos de dominação e exploração exercem influência na perpetuação das estruturas socioeconômicas.

O patriarcado como sistema de opressão e dominação se respalda no modelo de família patriarcal centrado na figura de autoridade do homem. Essa configuração atribui aos homens e mulheres espaços que os vinculam respectivamente a esfera pública e a esfera privada. Essa designação associa os homens, tidos sempre como mais fortes e estáveis emocionalmente, a esfera produtiva, enquanto as mulheres que historicamente são definidas como mais frágeis e possuidoras de profunda sensibilidade, são associadas a esfera da reprodução.

Cabe destacar que o patriarcado designa o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social. A concepção hierarquizada de que a figura masculina teria mais valor e deveria ser mais reconhecida, se expressa nas relações de trabalho no modo capitalista por meio da divisão sócio sexual do trabalho. As mulheres vinculadas ao trabalho doméstico e aos cuidados dos filhos, acabam por participar de forma efetiva na reprodução do capital, contribuindo para que seja possível, dentro do modelo de família patriarcal, que o progenitor, no caso o homem, tenha os recursos necessários dispostos pela mulher, como por exemplo, não ter de desprender o seu tempo no cuidado da casa e dos filhos.

Consequentemente, a confluência do trabalho com a reprodução favorece o capital, porque as atividades desenvolvidas pelas mulheres na esfera privada garantem a

manutenção dos trabalhadores para o mundo do trabalho, bem como a reprodução de futuros trabalhadores. Dessa forma pode-se assegurar que as desigualdades oriundas da divisão sexual do trabalho, articulam o trabalho assalariado na esfera produtiva, e o trabalho doméstico na esfera da reprodução como essenciais ao modo de reprodução capitalista. Portanto, os papéis ditos masculinos e femininos, tem base material e estão intimamente ligados à produção e reprodução. (NOGUEIRA, 2010)

O Serviço Social e a Questão de Gênero

A transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista advém do processo de modernização do capital, que resulta na polarização agudizada do acirramento das classes sociais. Essa polarização exigiu do Estado uma intervenção que apaziguasse os conflitos resultantes do embate capital *versus* trabalho. No Brasil, o Serviço Social se institui na década de 30 no contexto da Era Vargas, em função da necessidade de se construir políticas que atendessem os interesses do Estado em amenizar os conflitos de classe. A estratégia de intervenção do Estado Varguista carregava consigo a ideia da benevolência do Estado para com as classes subalternas, e se configurava com um caráter assistencialista, ou seja, as intervenções tinham como objetivo fortalecer a relação de dependência e dominação do trabalhador para assegurar a reprodução do Estado. (CISNE, 2012)

Ainda sobre as intenções do Estado, Cisne pontua que:

[...] o Estado utiliza-se da figura da mulher, com todas as suas características, dons e papéis sociais difundidos ideologicamente pela Igreja Católica para assegurar o controle da questão social e ao mesmo tempo para se desresponsabilizar pelos problemas sociais. Há, assim, uma orgânica relação entre Serviço Social, políticas sociais, “questão social”, gênero e capitalismo monopolista. (CISNE, 2012, p. 43)

A responsabilidade pela execução das políticas sociais foram delegadas a figuras femininas e importantes no cenário. O primeiro damismo nasce como estratégia do Estado para contornar os embates, e principalmente, para que o Estado pudesse abdicar de suas funções de intervenção na questão social, delegando as figuras femininas, como a primeira-dama, a responsabilização sob a desordem social. Isso evidencia que o cunho assistencialista das políticas, e a responsabilização das mulheres pelos desarranjos da época, demonstram a concepção do Estado para com as políticas sociais, e principalmente, o entendimento de que a “questão social” não merecia tanta atenção pública, e que para resolvê-la as mulheres seriam mais aptas porque a sensibilidade estaria em seu cerne.

Dessa forma, o Estado incentivava a criação de espaços filantrópicos onde as mulheres poderiam compartilhar de sua extrema sensibilidade para ajudar nas demandas sociais sem abdicar de suas tarefas domésticas, como demonstra Simili,

Historicamente, as relações sociais de gênero incentivaram a participação feminina nos meandros caritativos e filantrópicos, por causa das características tidas como "naturais" pelos homens nas mulheres, a propensão para a caridade, a bondade e o amor ao próximo, inerentes ao sexo feminino. Uma das razões para o incentivo masculino era o de que o envolvimento da mulher com a filantropia não significava o abandono da família, dos filhos, pois doavam o que tinha para dar "tempo livre" e "amor aos desamparados". Para os homens, ao praticarem a caridade, as mulheres exercitavam a capacidade de amar e de cuidar (2008, p. 121).

As atribuições da prática do Serviço Social, "se configuram, no seu surgimento, com fortes traços confessionais, [...]adequando-se às funções socialmente imputadas às mulheres pelo patriarcado: o casamento e a maternidade." (CISNE, 2012, p. 54). A abertura para inserção das mulheres no mercado de trabalho, no exercício do Serviço Social, era estritamente vinculada ao fato de que a profissão permitia que o trabalho executado fosse uma extensão do trabalho de cuidadora e mantenedora da ordem, que era reproduzido na vida privada dentro de seus lares.

Moldava-se dessa forma o perfil do profissional, que nada mais era do que a articulação de qualidades naturalmente atribuídas às mulheres. As características, historicamente atribuídas às mulheres - doces, amáveis, pacientes e sensíveis - foram incorporadas pelo Estado no sentido de contribuir para a sua plena perpetuação. (CISNE, 2012)

O *modus operandi* do patriarcado, aliado ao capitalismo, configura papéis e atividades a serem desenvolvidas por homens e mulheres. Este fato está intrinsecamente relacionado com a divisão sócio-sexual do trabalho e os padrões de exploração e dominação. O fazer profissional do assistente social era totalmente vinculado a ideia do ajuste para a preservação da ordem moral e social, tendo como base a família e como foco a mulher, já que seria através dela que se atingiria o homem.

O perfil de "boa mulher", da que cuida, que protege e que regenera e salva os indivíduos da anarquia foi personificado na figura do assistente social. As mulheres buscam a profissão como uma extensão das atividades doméstica, já que somente elas poderiam alinhar a situação de desordem, com as suas qualidades de boa mãe, boa esposa e cidadã de bem.

A partir dos anos 80, o Serviço Social toma uma nova forma com a atualização das bases teóricas da profissão, apartando-se da corrente positivista e se aproximando da teoria marxista. Esse fato não altera de forma significativa o perfil da categoria profissional, que mantém a sua maioria composta por mulheres. Segundo a pesquisa "Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional." (2005), confirmando a tendência histórica da profissão, a categoria das (os) assistentes sociais, ainda é predominantemente feminina, contando com apenas 3% de homens.

Conclusões

Conclui-se, portanto, que mesmo com as novas configurações do mundo do trabalho, tendo em vista a inserção das mulheres nas universidades e no mercado de trabalho, as profissões e espaços historicamente voltados para as mulheres continuam sendo ocupados pelas mesmas em função das estruturas socioeconômicas que ainda as vinculam ao cuidado. Dessa forma, levando em consideração as transformações acerca das relações sociais de sexo, demonstra-se que muito se avançou sobre o processo de decisão das mulheres frente ao desenvolvimento da sua vida laboral, porém as questões macroestruturais sobre a divisão sócio-sexual do trabalho ainda associam as mulheres ao trabalho como uma extensão da vida privada, colocando-as como possuidoras de vasta benevolência e sensibilidade. Dessa forma, o perfil do discente em Serviço Social é majoritariamente composto por mulheres, pois as mesmas ainda são vinculadas a profissões associadas ao cuidado, fato esse que não explicita a realidade do trabalho do Serviço Social atualmente, mas que carrega ainda hoje as marcas da inserção da profissão.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, M. B. Reflexões sobre a divisão sexual do trabalho. *In: Feminismo e gênero: desafios para o Serviço Social* cap 2. Brasília: [s.n], 2016. p. 19-72.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência, Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em 22 jun. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Nota técnica: mulheres e trabalho, uma breve análise do período 2004-2014**. DF: IPEA, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160309_nt_24_mulher_trabalho_marco_2016.pdf. Acesso em: 26 mai. 2019.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014, 276 p.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o Estudo do Perfil Profissional**. 2005. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

FRAGA, C. K; OLIVEIRA, A. F. R. de; SEBASTIANY, M. M. **O Perfil Socioeconômico das/os Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria**. Revista Sociais e Humanas. v.31, n. 2, p. 214-236. 2018

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 701-718.

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A Feminização do Mundo do Trabalho**. 1. ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2004.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **As Relações Sociais de Gênero no Trabalho e na Reprodução**. 2010. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/6%20NOGUEIRA,%20Claudia%20Mazzei.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

OEI. **Las brechas de Género en lá Producción Científica Iberoamericana**. Argentina: OEI, 2019. Disponível em: <https://oei.cl/uploads/files/news/publications/159/las-brechas-genero-en-la-produccion-cientifica-iberoamericana-002.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2019.

OIT. **Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo: Avance global sobre las tendencias del empleo femenino 2018**. Oficina Internacional del Trabajo. Genebra: OIT, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_619603.pdf. Acesso em: 22 mar. 2019.

PASSOS, R. G. **Trabalho, cuidado e sociabilidade: contribuições marxistas para o debate contemporâneo**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 126, p. 281-301, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n126/0101-6628-sssoc-126-0281.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. (Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila). 1. ed. Recife: SOS Corpo, 1991.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e Política: A Trajetória da Primeira-Dama Darcy Vargas (1930- 1945)**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SOUZA, Vanessa Bezerra de. **Gênero, Marxismo e Serviço Social**. Revista Temporalis, n.27, p.13-31. jan./jun. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7429/5848>. Acesso em: 19 jun. 2019.